



EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO-CEARÁ.

INDICAÇÃO Nº 009/2025

INDICA AO PODER EXECUTIVO, O ENVIO DE PROJETO DE LEI QUE RECONHEÇA A PROFISSÃO DE CONDUTOR DE AMBULÂNCIA E ALTERE A NOMENCLATURA DO CARGO DE “MOTORISTA” PARA “CONDUTOR DE AMBULÂNCIA”, EM CONFORMIDADE COM OS ARTIGOS 145 E 145-A DA LEI FEDERAL Nº 9.503/1997 E OS ARTIGOS 27 E 28 DA LEI FEDERAL Nº 12.998/2014.

A Vereadora infra-assinada, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno desta Casa Legislativa, vem, respeitosamente, apresentar INDICAÇÃO ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no sentido para que determine ao setor competente o encaminhamento de Projeto de Lei que reconheça a profissão de Condutor de Ambulância e altere a nomenclatura do cargo de Motorista para Condutor de Ambulância.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO, em 24 de outubro de 2025.

Larissa Osterno Menezes
Vereadora



Justificativa

Excelentíssimos Vereadores,

Excelentíssimas Vereadoras,

A presente proposição visa reconhecer e valorizar a categoria dos Condutores de Ambulância, profissionais que desempenham papel imprescindível no Sistema Único de Saúde, sendo responsáveis pelo transporte seguro e humanizado de pacientes em situações de urgência e emergência.

De acordo com os Artigos 145 e 145-A da Lei Federal nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e com os Artigos 27 e 28 da Lei Federal nº 12.998/2014, a profissão de Condutor de Ambulância é reconhecida nacionalmente, com exigências específicas de qualificação e capacitação técnica para o exercício da função, considerando-se a complexidade e a natureza especial do serviço prestado.

Assim, torna-se necessária a adequação da estrutura administrativa municipal, mediante a alteração da nomenclatura do cargo de Motorista para Condutor de Ambulância, de modo a refletir com fidelidade as atribuições efetivamente desempenhadas por esses servidores, que não se limitam à condução de veículos, mas envolvem também o apoio às equipes de saúde, a remoção de pacientes, o cumprimento de protocolos sanitários e a assistência em situações de risco de vida.

O reconhecimento formal da profissão possibilitará também o enquadramento correto para fins previdenciários, permitindo a contagem diferenciada de tempo de contribuição e a análise para aposentadoria especial, em virtude da exposição habitual a agentes nocivos e do contato direto com situações de emergência médica, conforme previsto nas normas previdenciárias e trabalhistas vigentes.

Dessa forma, requer que o Poder Executivo se digne de protagonizar a iniciativa legislativa com esta finalidade, consoante minuta anexada a título de sugestão.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO, em 24 de outubro de 2025.

Larissa Osterno Menezes
Vereadora